

PROTOCOLO



ORDEM DOS ENGENHEIROS
(PORTUGAL)

e



**CONSEJO GENERAL DE COLEGIOS OFICIALES
DE INGENIEROS AGRÓNOMOS**
(ESPAÑA)



**ORDEM DOS
ENGENHEIROS
Portugal**

REUNIDOS:

O Exmo. Sr. Eng. Carlos Alberto Mineiro Aires, Bastonário da **ORDEM DOS ENGENHEIROS (Portugal)**, em nome e em representação da mesma.

e

O Exmo. Sr. Baldomero Segura García del Río Presidente do **CONSEJO GENERAL DE LOS COLEGIOS OFICIALES DE INGENIEROS AGRÓNOMOS (Espanha)**, em nome e em representação do mesmo.

DECLARAM:

1. Que a Ordem dos Engenheiros (adiante designada por **OE**) é a Associação Pública de Engenheiros que, em Portugal, tem competências para reconhecer aos cidadãos nacionais dos Estados Membros da União Europeia, que reúnam as condições de acesso e para o exercício da actividade profissional de Engenharia, regulada no seu país de origem, o direito de atribuir o título profissional de Engenheiro na especialidade de Engenharia Agronómica, entre outras, regulamentando também o exercício da referida profissão.
2. Que o *Consejo General de los Colegios Oficiales de Ingenieros Agrónomos* (adiante designado por **CGCOIA**) é a Instituição de Espanha com competência para, de forma exclusiva, representar e defender os interesses da profissão de Engenheiro Agrónomo, e para prestar assistência e colaborar oficialmente com o Ministério Espanhol de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente, na verificação de que os títulos atribuídos noutros Estados da União Europeia correspondem ao título que permite, em Espanha, o acesso ao exercício da profissão de Engenheiro Agrónomo.
3. Ambas as partes, após terem analisado de forma recíproca o procedimento seguido pela outra parte em função do disposto na Directiva n.º 2005/36/CE de 7 de Setembro de 2005, reconhecem que os requisitos exigidos por cada parte para outorgar a condição de membro das suas respectivas entidades são substancialmente equivalentes.

**CONSEJO GENERAL DE
COLEGIOS OFICIALES DE
INGENIEROS AGRÓNOMOS
ESPAÑA**



REUNIDOS:

El Ilmo. Sr. D. Baldomero Segura García del Río, Presidente del **CONSEJO GENERAL DE LOS COLEGIOS OFICIALES DE INGENIEROS AGRÓNOMOS (España)**, en nombre y representación del mismo.

y

El Ilmo. Sr. D. Carlos Alberto Mineiro Aires, Bastonario de la **ORDEM DOS ENGENHEIROS (Portugal)**, en nombre y representación del mismo.

EXPONEN:

- 1.- Que la *Ordem dos Engenheiros* (en adelante **OE**) es la Asociación Pública de Portugal competente para reconocer a los ciudadanos de los Estados Miembros de la Unión Europea, que reúnan las condiciones de acceso y de ejercicio de una actividad profesional de Ingeniería regulada en su territorio, el derecho a atribuir en Portugal el título profesional de Ingeniero en la especialidad, entre otras, de Ingeniería Agronómica, regulando, además, el ejercicio de dicha profesión.
- 2.- Que el *Consejo General de los Colegios Oficiales de Ingenieros Agrónomos* (en adelante **CGCOIA**) es la Institución de España competente para, de forma exclusiva, representar y defender los intereses de la profesión de Ingeniero Agrónomo, y para prestar asistencia y colaborar oficialmente con el Ministerio español de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente en la verificación de que los títulos expedidos en otros Estados de la Unión Europea se corresponden con el título que permite en España el acceso al ejercicio de la profesión de Ingeniero Agrónomo.
- 3.- Ambas partes, tras haber analisado de forma recíproca el procedimiento que sigue la otra parte en función de lo dispuesto en la Directiva nº 2005/36/CE de 7 de Septiembre de 2005, reconocen que los requisitos exigidos por cada parte para otorgar la condición de miembro de sus respectivas entidades son sustancialmente equivalentes.



**ORDEM DOS
ENGENHEIROS
Portugal**

**CONSEJO GENERAL DE
COLEGIOS OFICIALES DE
INGENIEROS AGRÓNOMOS
ESPAÑA**



Em consequência, ambas as partes subscrevem o presente Protocolo, com aceitação das seguintes cláusulas:

1. O presente Protocolo tem por objectivo facilitar o processo mútuo de acreditação e reconhecimento dos títulos profissionais dos engenheiros inscritos na **OE**, na especialidade de Engenharia Agronómica, e dos Engenheiros Agrónomos inscritos no **CGCOIA**, para efeitos do exercício em regime de estrita igualdade e reciprocidade, tanto em Portugal como em Espanha, das actividades profissionais que lhes são próprias e comuns.

Para tal, ambas as partes manifestam a intenção e compromisso de que o processo de reconhecimento mútuo se faça de forma centralizada e exclusiva entre a **OE** e o **CGCOIA**, e nunca seja transferível para outras Instituições, ou seja, que a recepção e resposta final deste processo nunca deverão sair do foro da **OE** e do **CGCOIA**.

2. A **OE** assume o compromisso formal de admitir como membros e atribuir o título de Engenheiro, na especialidade de Agronómica, aos requerentes que sejam membros de pleno direito do **CGCOIA** de Espanha. A admissão deverá realizar-se, no mínimo, em igualdade de direitos e obrigações idênticos aos que são conferidos aos membros inscritos no **CGCOIA**.

A **OE** inscreverá o requerente, como Membro Efectivo na Região correspondente, onde tenha sido admitida a sua candidatura como Membro Efectivo. Na sequência do processo de admissão, o Membro Efectivo passará a integrar o registo nacional da **OE**. A sua inscrição a nível regional, não impõe nenhuma limitação a que o novo membro possa exercer a sua actividade livremente em todo o espaço territorial abrangido pela **OE**.

O Engenheiro inscrito no **CGCOIA**, que pretenda ser reconhecido em Portugal, deve apresentar o seu pedido ao **CGCOIA**, em Espanha, em formulário próprio e com a respectiva documentação, que depois enviará à **OE** o respectivo processo com a menção "favorável para seguir a **OE**".

En consecuencia, ambas partes suscriben el presente Convenio con sujeción a las siguientes cláusulas:

1. El presente Convenio tiene por objeto facilitar el proceso de mutua acreditación y reconocimiento de los títulos profesionales de los ingenieros inscritos en la **OE** en la especialidad de Ingeniería Agronómica y el de los ingenieros Agrónomos colegiados en el **CGCOIA**, a efectos del ejercicio en régimen de estricta igualdad y reciprocidad, tanto en Portugal como en España, de las actividades profesionales que les son propias y comunes.

Por tanto ambas partes manifiestan la intención y compromiso de que el proceso de reconocimiento mutuo se haga de forma centralizada y exclusiva entre la **OE** y el **CGCOIA** y nunca se traslade a otras Instituciones, o sea, la entrada y respuesta final del proceso no deberá nunca pasar de la **OE** y el **CGCOIA**.

2. La **OE** adquiere el compromiso formal de admitir como miembros y otorgar el título o grado de cualificación profesional denominado "Ingeniero Agrónomo" a los solicitantes miembros de número del **CGCOIA** de España. La admisión deberá realizarse, como mínimo, en igualdad de derechos y obligaciones a los que adquieren los miembros colegiados del **CGCOIA**.

La **OE** inscribirá al solicitante en el registro de la Región correspondiente cuando haya sido admitida su solicitud como Membro Efectivo. A continuación lo trasladará para su registro en el cuadro general de la **OE**. La inscripción a nivel regional, no significará ninguna limitación a que el nuevo miembro pueda ejercer su actividad libremente en todo el ámbito territorial de la **OE**.

El Ingeniero colegiado en el **CGCOIA** que pretenda ser reconocido en Portugal debe hacer su petición en el **CGCOIA** en España en el formulario correspondiente y con la documentación requerida, que después trasladará a la **OE** con la propuesta "favorable".



3. O **CGCOIA** compromete-se formalmente a apresentar, sempre que requerido, o seu parecer favorável perante o Ministério Espanhol de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente, no designado “Expediente de Reconhecimento”, a todos os pedidos de reconhecimento do título, apresentados pelos Engenheiros Agrónomos inscritos na **OE** que, devidamente acreditados, sejam formulados por Membros Efectivos da mesma, para efeitos do exercício, em Espanha, da profissão de Engenheiro Agrónomo.

O **CGCOIA** compromete-se igualmente a informar oficialmente o Ministério Espanhol de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente das cláusulas do presente Protocolo, bem como a admitir, de imediato, como seus membros, todos os Membros Efectivos da **OE** cujos pedidos de reconhecimento tenham sido aprovados pela autoridade estatal espanhola.

O **CGCOIA** inscreverá o interessado no registo da Demarcação correspondente, quando tenha sido admitida a sua candidatura como Membro do **CGCOIA**. Na sequência do processo, passará a integrar o registo nacional de membros do **CGCOIA**. A sua inscrição a nível regional, não impõe nenhuma limitação a que o novo membro possa exercer a sua actividade livremente em todo o espaço territorial abrangido pela **OE**.

O Engenheiro inscrito na **OE** que pretenda ser reconhecido em Espanha deve fazer o seu pedido na **OE** em Portugal, em formulário próprio e com a respectiva documentação, cujo processo será depois enviado ao **CGCOIA**, com a menção “favorável para seguir para o **CGCOIA**”.

4. Atendendo a diferenças de percurso académico no acesso ao título profissional em cada país, ambas as partes assumem o compromisso de, dentro do processo de reconhecimento mútuo, realizarem um curso de formação profissional complementar e específica, organizado conjuntamente pelo **CGCOIA** e pela **OE**.

Será aplicada a Directiva 2013/55 / UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, que altera a

3. El **CGCOIA** se compromete formalmente a presentar, siempre que sea requerido, su informe favorable, ante el Ministerio de adscripción correspondiente, en el Expediente de Reconocimiento, en todas aquellas solicitudes de reconocimiento del título de los ingenieros agrónomos inscritos en la **OE** que, debidamente acreditadas, sean formuladas por Miembros Efectivos de ella, a efectos del ejercicio en España de la profesión de Ingeniero Agrónomo.

El **CGCOIA** adquiere igualmente el compromiso de dar cuenta de forma oficial al Ministerio español de adscripción correspondiente de las cláusulas del presente Convenio, así como de admitir, de manera inmediata como miembros a todos los Miembros Efectivos de la **OE** cuyas solicitudes de reconocimiento hayan sido aprobadas por la autoridad estatal española.

El **CGCOIA** inscribirá al solicitante en el registro del Colegio correspondiente cuando haya sido admitida su solicitud como Colegiado por el **CGCOIA**. A continuación lo trasladará para su registro en el cuadro general del **CGCOIA**. La inscripción a nivel regional, no significará ninguna limitación de que el nuevo miembro pueda ejercer libremente en todo el ámbito territorial del **CGCOIA**.

El Ingeniero colegiado en la **OE** que pretenda ser reconocido en España debe hacer su petición en la **OE** en Portugal en formulario correspondiente y con la requerida documentación, que después trasladará al **CGCOIA** con la propuesta “favorable para seguir su tramitación”.

4. En circunstancia de las diferencias de formación de la titulación académica en el acceso al título profesional en cada país, ambas partes asumen el compromiso dentro del proceso de reconocimiento mutuo de desarrollar una formación específica de complementariedad profesional, organizada conjuntamente por el **CGCOIA** y por la **OE**.

Será de aplicación la Directiva 2013/55/UE del Parlamento Europeo y del Consejo de 20 de noviembre de 2013 por la que se modifica la Directiva 2005/36/CE relativa al



**ORDEM DOS
ENGENHEIROS
Portugal**

**CONSEJO GENERAL DE
COLEGIOS OFICIALES DE
INGENIEROS AGRÓNOMOS
ESPAÑA**



de novembro de 2013, que altera a Directiva 2005/36/CE relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado interno («Reglamento IMI»).

Ambas as instituições assumem o compromisso formal de garantir que qualquer um dos seus respetivos membros deve estar em conformidade com as Regras de Conduta Profissional Deontológico de ambas as entidades; e que a atividade profissional dos seus membros no Estado de acolhimento corresponde à atividade profissional exercida por eles no Estado de origem.

A execução de atos contrários ao exposto anteriormente permitirá que qualquer das duas instituições aplique o seu normativo específico sobre questões éticas, notificando, de forma adequada, a outra instituição para que tome, se for caso disso, qualquer outra medida punitiva que considere adequada.

5. Ambas as Instituições assumem o compromisso formal de se informarem mutuamente e de assegurarem a comunicação, de forma detalhada, caso haja qualquer alteração significativa de âmbito normativo que possa afectar o presente Protocolo.

Igualmente, assumem o compromisso formal de se informarem mutuamente no momento de cada pedido de reconhecimento e de certificar, caso seja necessário, que o alcance e conteúdo da formação académica e da experiência profissional adquirida e desenvolvida pelo membro requerente no Estado de origem, é satisfatória. Para isso, ambas as Instituições, disponibilizam reciprocamente a ajuda necessária para alcançar esse propósito.

6. O presente Protocolo terá uma comissão mista composta pelo Presidente da **CGCOIA** e pelo presidente do Conselho Nacional de Engenharia Agronómica da Ordem dos

Directiva 2005/36/CE relativa al reconocimiento de cualificaciones profesionales y el Reglamento (UE) no 1024/2012 relativo a la cooperación administrativa a través del Sistema de Información del Mercado Interior («Reglamento IMI»).

Ambas Instituciones adquieren el compromiso formal de asegurar que cualquiera de sus respectivos miembros deberá atenerse a las Normas de Conducta Profesional Deontológicas de ambas entidades; y que la actividad profesional desarrollada por sus miembros en el Estado de acogida se corresponde a la actividad profesional desarrollada por ellos en el Estado de origen.

La ejecución de actos contrarios a lo que antecede permitirá a cualquiera de las dos Instituciones aplicar su específica normativa en materia deontológica, notificándolo en debida forma a la otra Institución para que adopte, en su caso, cualquier otra medida sancionadora que a su vez estime oportuna.

5. Ambas Instituciones adquieren el compromiso formal de informarse mutuamente en todo momento, y de comunicarse, de forma detallada, de cualquier cambio significativo en el ámbito normativo que pudiera afectar al presente Convenio.

Igualmente, adquieren el compromiso formal de informarse mutuamente en el momento de la solicitud de reconocimiento y de certificar, si fuera necesario, que el alcance y contenido de la formación académica y de la experiencia profesional adquirida y desarrollada por el miembro solicitante en el Estado de origen es satisfactoria. Para ello, ambas Instituciones, se ofrecerán recíprocamente la ayuda necesaria para alcanzar este propósito.

6. El presente Convenio tendrá una comisión paritaria integrada por el Presidente del **CGCOIA** y por el Presidente del Consejo Nacional de Ingenieros Agrónomos de la Ordem



**ORDEM DOS ENGENHEIROS
Portugal**

das organizações nomeado por eles.

Terá a responsabilidade de relatar o progresso da implementação da Convenção a cada seis meses.

O Protocolo tem uma vigência de dois anos, sendo renovado automaticamente, caso não seja denunciado por qualquer dos dois signatários.

Poderão ser propostas alterações pelo Conselho Directivo Nacional da **OE** ou pela Junta de Decanos do **CGCOIA**.

O Protocolo pode ser anulado por prévia comunicação escrita com seis meses de antecedência, por qualquer das duas Instituições subscritoras.

Esta Comissão Mista irá desenvolver um plano de atividades conjuntas.

7. O presente Protocolo entrará em vigor no momento em que seja ratificado pelo Conselho Directivo Nacional da **OE** e pela Junta de Decanos do **CGCOIA**.

E, como prova de aceitação e conformidade, assinam ambas as partes o presente Protocolo em duplicado, no local e data abaixo assinalados.

Madrid, 1 de fevereiro de 2017

Pela

**Ordem dos Engenheiros
de Portugal**

Bastonário

Carlos Alberto Mineiro Aires

**CONSEJO GENERAL DE
COLEGIOS OFICIALES DE
INGENIEROS AGRÓNOMOS
ESPAÑA**



cada una de las organizaciones, nombrado por ellas mismas.

Tendrá la responsabilidad de reportar la evolución de la ejecución del Convenio cada seis meses.

El Convenio tiene una vigencia de dos años, siendo renovado automáticamente de forma indefinida si no es denunciado antes por alguno de los dos signatarios.

Puede proponerse cualquier modificación por el Consejo Directivo de a **OE** o por la Junta de Decanos del **CGCOIA**.

El Convenio puede ser cancelado, previa comunicación escrita con seis meses de antelación, por cualquiera de las dos Instituciones firmantes.

Esta Comisión paritaria desarrollará un plan de actividades conjunto.

7. El presente Convenio entrará en vigor en el momento en que sea ratificado por el Consejo Directivo de a **OE** y por la Junta de Decanos del **CGCOIA**.

Y en prueba de aceptación y conformidad firman ambas partes el presente Convenio en duplicado ejemplar, en el lugar y fecha señalados en el final.

Madrid, 1 de febrero de 2017

Por el

**Consejo General de Colegios Oficiales
de Ingenieros Agrónomos - España**

El Presidente

Baldomero Segura García del Río